



04/03/2020

Número: **0808406-96.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.825,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28088 502	07/02/2020 15:44	Petição Inicial	Petição Inicial
28088 505	07/02/2020 15:44	HIGINO DE OLIVEIRA NETO DOCs	Documento de Comprovação
28088 506	07/02/2020 15:44	INICIAL HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO PDF	Documento de Comprovação
28302 258	18/02/2020 17:02	Despacho	Despacho
28417 006	19/02/2020 08:01	Certidão	Certidão

ANEXOS.



Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD – JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME: Higino Luiz de Oliveira Neto TELEFONE 98866-2047
98496-2599

ESTADO CIVIL: divorciado PROFISSÃO despachante

CPF 046.290.114-98 RG 2850385 ENDEREÇO R. Ju. Cel.

Adolfo Mappa 742 - Orlizinho

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 e MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA OAB/PB 17.295** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, de de 201

(OUTORGANTE) Higino Luiz de Oliveira Neto



CNH Digital
Departamento Nacional de Trânsito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
SARDEIA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P B

NOME
HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF
2850355 SSP PB

CPF
046.290.114-98

DATA NASCIMENTO
05/05/1982

FILIAÇÃO
RONALDO LUIZ DE OLIVEIRA
MARIA JOSE COSTA DE OLIVEIRA
A

PERMISSÃO
A/C

CAT. HAB.
A/D

Nº REGISTRO
06674513227

VALIDADE
13/05/2024

1ª HABILITAÇÃO
09/08/2016

OBSERVAÇÕES
EAB A

Higino Luiz de Oliveira Neto
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
10/07/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

PARAÍBA

DENATRAN **CONTRAN**

VALIDADE EM TODOS
OTERITÓRIO NACIONAL
1838292390

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN





Hipercard



PC -00

MARIA JOSE COSTA DE OLIVEIRA
AV CEL ADOLFO MASSA 742
QD C LT 5 - OITIZEIRO
58088-620 JOAO PESSOA - PB

Postagem: 22/09/2019

Vencimento: 08/10/2019

Emissão: 22/09/2019

220919

Fechamento próxima fatura: 22/10/2019

Titular **MARIA JOSE COSTA DE OLIVEIRA**
Cartão **6062.XXXX.XXXX.1203**

Resumo da fatura em R\$

Total da fatura anterior	421,04
① Pagamentos efetuados	- 424,00
② Saldo financiado	- 2,96
③ Encargos (financiamento + moratório)	1,06
④ Lançamentos atuais	415,01
⑤ Total desta fatura	413,11

Atenção: em caso de pagamento inferior ao valor total, o consumidor deve arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.

Pra que esperar a fatura impressa chegar em casa? Mude já para a Fatura Digital. Ligue: 3003-3030. É rapidinho!

vencimento

08/10/2019

A) pagamento total

413,11

B) pagamento mínimo

62,87

C) parcelas fixas

31,67
+23x 31,67

Veja outras opções na 2. folha

B) Pagamento mínimo: optando por pagar quantia entre o valor constante nesta opção e o total da fatura, você estará financiando a diferença pelo crédito rotativo. Se você efetuar um pagamento inferior ao pagamento mínimo, você estará em atraso, incorrendo em juros, multa e mora.

Limites de crédito R\$

Limite total de crédito	1.050,00
Limite utilizado no mês	413,11

Pagamentos efetuados

DATA	ESTABELECIMENTO	VALOR EM R\$
30/08	PAGAMENTO FICHA COMPENS	- 124,00
09/09	PAGAMENTO FICHA COMPENS	- 300,00
① Total dos pagamentos		- 424,00

Lançamentos: compras e saques

MARIA J C OLIVEIRA (final 1203)

DATA	ESTABELECIMENTO	VALOR EM R\$
26/06	B037 HIPER JOZO PE15/15 (LAGOA)	30,06
20/06	LUMAE PRATAS - FRA04/06 JOAO PESSOA	36,20
24/07	DELLCELL 03/03 JOAO PESSOA	89,34
22/08	PLANO OI RIO DE JANEIR	29,99
24/08	POSTO MONACO JP JOAO PESSOA	20,00

Continua...

Compra presencial
com o uso do cartão e senha.



Banco Itaú S.A. 341-7
Número do Documento 00132961247/0004666
Nome do Pagador/CPF/CNPJ MARIA JOSE COSTA DE OLIVEIRA - 010.408.454-52
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A. - 03.012.230/0001-69
Endereço do Beneficiário AV RUI BARBOSA, 251,1 A, GRAÇAS - RECIFE - PE

Nosso Número
Valor do documento
Vencimento

recibo do pagador
175/32961247-6
R\$ 413,11
08/10/2019
Autenticação Mecânica

Banco Itaú S.A.		341-7		34191.75322 96124.762046 00173.090002 2 000	
Local de Pagamento				Data de Vencimento	
Pague sua fatura nas caixas da Rede Walmart Brasil, ou em qualquer banco, mesmo após o vencimento. Prefira pagar sempre até o dia do vencimento para não gerar encargos e/ou rescisão contratual. Em caso de atraso, os encargos serão cobrados na próxima fatura.				08/10/2019	
Nome do Beneficiário/CPF/CNPJ				Agência / Código Beneficiário	
HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S.A. - 03.012.230/0001-69 AV RUI BARBOSA, 251,1 A, GRAÇAS - RECIFE - PE				2040/01730-9	
Data do Documento	Número do Documento	Espécie DOC.	Aceite	Data do Processamento	Nosso Número
08/10/2019	00132961247/0004666	FT	N	22/09/2019	175/32961247-6
Uso do Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento
	175	R\$			R\$ 413,11
Instruções de responsabilidade do beneficiário.				(-) Descontos / Abatimentos	
Indique o valor que deseja pagar no campo "Valor Pago". Dê preferência ao pagamento total. Não sendo possível, você terá as seguintes opções: (i) pagar quantia a partir do valor constante em Pagamento Mínimo, financiando o restante pelo crédito rotativo; (ii) optar por uma das opções de Parcelas Fixas, pagando o valor exato da parcela até a data do vencimento.				(+) Juros / Multa	
				(=) Valor Pago	
Nome do Pagador /CPF/CNPJ/Endereço/Cidade/UF/CEP					
MARIA JOSE COSTA DE OLIVEIRA - 010.408.454-52 AV CEL ADOLFO MASSA 742 - QD C LT 5 - OITIZEIRO - 58088-620 JOAO PESSOA - PB					
Sacador Avalista:					



Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 07/02/2020 15:43:46
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020715434425200000027092776
Número do documento: 20020715434425200000027092776



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 14385.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 14385.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 17:11 horas do dia 17 de dezembro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Adonis Coelho Regadas, Agente de Investigação, matrícula 1331728, ao final assinado, compareceu **Higino Luiz de Oliveira Neto**, CPF nº 046.290.114-98, RG nº 2850355 SSP/PB, nacionalidade brasileira, estado civil divorciado(a), profissão Motorista, filho(a) de Maria Jose Costa de Oliveira e Ronaldo Liz de Oliveira, natural de Cabedelo/PB, nascido(a) em 05/05/1982 (37 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Avenida Coronel Adolfo Massa, Nº 742, complemento Casa, bairro Oitizeiro, tendo como ponto de referência Próximo Ao Posto de Combustível, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98796-2599.

Dados do(s) Fatos:

Local: Próximo Ao Campo do Santos, João Pessoa/PB, bairro Ernesto Geisel; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 05/09/19 12:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia o Veículo, HONDA/CG 125 FAN KS ano/mod. 2012 Cor: PRETA, placa: OFC1047/PB, Chassi: 9C2JC4110CR561332 na rua Abelardo Targino da Fonseca, quando com seta ligada para entrar a direita foi surpreendido por outra motocicleta que efetuou uma manobra indevida pela direita, vindo a colidir, com o veículo em que o noticiante conduzia, fazendo com que o mesmo caísse ao solo, onde foi conduzido pelo SAMU para o Complexo Hospitalar Mangabeira Gov. Tarcisio Burity, onde foi atendido e diagnosticado com fratura da falange proximal do polegar e encaminhado para fazer uma redução incruenta + gesso luva, conforme prontuário emitido pelo Dr. Luis Filipe Lessa - CRM: 10206/PB.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 17 de dezembro de 2019.

ADONIS COELHO REGADAS
Agente de Investigação

HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO
Noticiante

Procedimento Policial: 14385.01.2019.1.00.401

1/1



Nome: <i>Higino Luiz de Oliveira Neto</i>				Registro: 2019090540	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clínica: <i>Traumato</i>	EMP:	LR:
Data: <i>18/09/2019</i>			Cirurgião: <i>Luís Filipe Lessa</i>		
1º Assistente: <i>Jorge Augusto</i>			2º Assistente: <i>Alexandre Galvão</i>		
Anestesista:			Instrumentador:		
DIAGNÓSTICO(S) PRÉ-OPERATÓRIO					
					CID
<i>Fratura da falange proximal do polegar</i>					<i>S62.6</i>
DIAGNÓSTICO(S) PÓS-OPERATÓRIO					
					CID
<i>O mesmo</i>					
PROCEDIMENTO(S) CIRÚRGICO(S)					
					CÓDIGO
<i>Redução incruenta + gesso luva</i>					<i>3</i>
Acidente durante Ato Cirúrgico: 1 () Sim 2 (X) Não					
Descreva:					
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 (X) Não					
Encaminhamento do paciente após Ato Cirúrgico:					
1 () Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 (x) Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico					



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em decúbito dorsal sob anestesia

Assepsia + Antissepsia

Aposição de campos cirúrgicos estéreis

Incisão:

Redução incruenta + gesso luva

Conduta:

Fechamento:

OBS:

Data: 18 / 09 / 2019

Dr. Luis Felipe Lessa
Traumatologia / Ortopedia
Cirurgia da Mão / Microcirurgia
CRM-PB 10.206 / 10T14328

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



IPAL DE JOAO PESSOA
ITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
4 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
CNPJ:

Ficha Nr: 259447
Data: 05/09/2019
Hora: 13:39:45
Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE ARAUC
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Num. Prontuario: 2019.09.000540

Nome: HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO

CNS: SEM CNS Sexo: M SEM DOCUMENTO: SD Fone: ~~99913550~~

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 05/05/1982 Id: 37 ano(s)

End.: RUA LUIZ RIBEIRO DO AMARAL, 76

Bairro: ERNESTO GEISEL Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: MARIA JOSE COSTA DE OLIVEIRA

Pai: RONALDO LUIZ DE OLIVEIRA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Estado Civil: NAO INFORMADO

Ocupação:

Escolaridade:

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: EX MULHER-MONICA SOARES

Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: COL MOTOXMOTO HJ A TARDE PROX DE CASA

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

Queixa Principal

COLISAO MOTO X MOTO

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave

[] Politraumatizado [] Convulsao

[] Hemorragia [] Dispneia

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Observacao

Pct de trauma audível de moto
apresentando trauma em mo dest
Nega outras queixas

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Trauma de mo

Conduta

Ass cuidados da
Otopedia

Prescrição

Horario da medicacao

Augusto Cesar
Medico
CRM-PB 516



Orçamento

Adesão de moto q' ficou no m. @
300: caso de e onatato
falei fut no m. @

Re: It comente fm prego @ (Sem número de
exposição)

Assinatura e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

Intervenções hospitalares

Dr. Tibério Vanorant
Ortopedia/Cirurgia da Mão
CRM-PB 8252/ROE 5489

- Afugali me dy + AD (4 gora) 15:00

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao
			030200002
			0303090227
			0408020272
			0408020098
			0408020083
Assinatura da Enfermagem			Reservado

PROCEDIMENTO REALIZADO

DESTINO DO PACIENTE
[] Residencia [] Transferido [] Desistencia [] UTI
[] Alta a pedido [] Enfermaria Obito: [] Atestado [] SVO [] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel Assinatura e Carimbo do Medico

Buscar no site

A COMPANHIA ▾ SEGURO DPVAT ▾ PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-Atendimento) ▾ CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS ▾ SALA DE IMPRENSA ▾ TRABALHE CONOSCO ▾ CONTATO ▾

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

*o total
R\$ 12.000*

*12.000
3000,00
use*

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados e o parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200017540 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO

CPF/CNPJ: 04629011498

Posição em 23-01-2020 10:31:29


O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será li
Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento Valor da Indenização Juros e Correção Valor Total

23/01/2020 R\$ 675,00 R\$ 0,00 R\$ 675,00

Higino Luiz de Oliveira Neto

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
15/01/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/OIJ7omz7jn2sVwfVdR6XGQ==/rapi_key=YRpHjzVJQ7d6yFt7Hy1nacyEpNS0utNkbRwUUBDRyno=)





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____VARA CIVIL DA CAPITAL .

JUSTIÇA GRATUITA

HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, divorciado, Profissão: despachante inscrito no RG sob o nº 2850385 SSP/PB e CPF de nº 046.290.114-98 residente e domiciliado na AV. Cel Adolfo Massa N 742 – Oitizeiro - João Pessoa/PB, CEP: 58088-620 , por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **05/09/2019**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **Fratura da falange proximal do polegar, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 675,00 em 23/01/2020, conforme documentação acostada.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT.**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.



3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independe, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.



3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)”**

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

d) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 675,00.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 07 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295

THIAGO OLIVEIRA SILVA
ESTAGIÁRIO



QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente cometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
15ª Vara Cível da Capital**

Processo nº 0808406-96.2020.8.15.2001

AUTOR: HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Deixo de designar audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC, ante a natureza da demanda, que indica ser inviável o acordo entre as partes, pela experiência comum. Não se deve ocupar indevida e desnecessariamente a pauta de audiências, já repleta, com atos inócuos e que mais retardam o andamento do processo do que promovem a sua solução.

Defiro a gratuidade.

CITE-SE pela via postal, para apresentação de contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia.

Altere-se o valor da causa para R\$ 12.825,00.

João Pessoa, 14 de fevereiro de 2020.

Assinatura Digital





Poder Judiciário da Paraíba
15ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0808406-96.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: HIGINO LUIZ DE OLIVEIRA NETO
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em cumprimento ao despacho ID 28302258 foi alterado o valor a causa no sistema.

JOÃO PESSOA, 19 de fevereiro de 2020
SILVANA DA NOBREGA TOMAZ TROMBETTA

